

BULLYING E CYBERBULLYING: ESTRATÉGIAS EDUCACIONAIS DE PREVENÇÃO E INTERVENÇÃO

BULLYING AND CYBERBULLYING: EDUCATIONAL STRATEGIES FOR PREVENTION AND INTERVENTION

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.062-063>

Neyleja Martins dos Santos Lopes

Pós-graduação em Educação Inclusiva com ênfase em Libras - IFMT

E-mail: neyleja_roo@hotmail.com

Gilberto Aparecido Vieira Cardoso

Graduação em Pedagogia - UNB

E-mail: tamburilo@gmail.com

Valdeir Pereira

Licenciatura Plena em Letras - UNEMAT

E-mail: valdeirsinop@gmail.com

Raydine da Silva Costa

Mestranda em Engenharia de Produção – UFTPR

E-mail: raydinesc@gmail.com

Rhaissa Pereira Santos de Moraes

Pós-graduação em Psicopedagogia e Educação Infantil – Faculdade Iguazu

E-mail: rhaissa_morais@hotmail.com

Graziele Beatriz Varreira Arend

Pós-graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional – Faculdade Metropolitana

E-mail: graziele.arend@gmail.com

Siane Ciocari

Pós-graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional - Rhema de Educação

E-mail: sciocari13@gmail.com

Fabio José Antonio da Silva

Doutorado em Educação Física – Universidade Estadual de Londrina

E-mail: fjas81@hotmail.com

Resumo

Este trabalho aborda o fenômeno do bullying e do cyberbullying no contexto escolar, destacando suas características, impactos na vida dos estudantes e estratégias de prevenção e intervenção. A análise evidencia que tais práticas não se limitam a agressões físicas ou verbais, mas também envolvem exclusão social e violência simbólica, com consequências emocionais, sociais e acadêmicas que podem se prolongar até a vida adulta. O estudo ressalta a importância de ações diferenciadas para a Educação Infantil, Ensino

Fundamental e Ensino Médio, considerando as especificidades de cada etapa. Conclui-se que a prevenção e a intervenção devem ser compreendidas como responsabilidades coletivas, envolvendo escola, família, comunidade e políticas públicas, a fim de promover ambientes de aprendizagem seguros e uma cultura de paz.

Palavras-chave: Bullying; Cyberbullying; Educação; Intervenção; Prevenção.

Abstract

This paper addresses the phenomenon of bullying and cyberbullying in the school context, highlighting their characteristics, impacts on students' lives, and strategies for prevention and intervention. The analysis shows that such practices are not limited to physical or verbal aggression but also involve social exclusion and symbolic violence, with emotional, social, and academic consequences that may extend into adulthood. The study emphasizes the importance of differentiated actions for Early Childhood Education, Elementary School, and High School, considering the specificities of each stage. It concludes that prevention and intervention should be understood as collective responsibilities involving schools, families, communities, and public policies, in order to promote safe learning environments and a culture of peace.

Keywords: Bullying; Cyberbullying; Education; Intervention; Prevention.

1 INTRODUÇÃO

O bullying e o cyberbullying são problemas sociais e educacionais que vêm ganhando cada vez mais destaque nas últimas décadas. O bullying, caracterizado por atitudes repetitivas de agressão física, verbal ou psicológica, ocorre principalmente em ambientes escolares e afeta diretamente o bem-estar e o desenvolvimento das vítimas. Já o cyberbullying, uma extensão desse comportamento para o meio digital, utiliza redes sociais, aplicativos de mensagens e outras plataformas virtuais para disseminar ofensas, humilhações e perseguições, ampliando o alcance e a gravidade das agressões.

Essas práticas não apenas comprometem o desempenho acadêmico dos estudantes, mas também geram impactos emocionais profundos, como ansiedade, depressão e isolamento social. O ambiente escolar, que deveria ser um espaço de aprendizado e convivência saudável, muitas vezes se transforma em um cenário de medo e insegurança. Além disso, o caráter anônimo e a rapidez de propagação das mensagens virtuais tornam o cyberbullying ainda mais difícil de controlar, exigindo estratégias específicas de enfrentamento.

Outro aspecto relevante é que tanto o bullying quanto o cyberbullying refletem questões sociais mais amplas, como intolerância, preconceito e falta de empatia. A escola, por ser um espaço de formação

cidadã, precisa assumir um papel ativo na desconstrução dessas práticas, promovendo valores de respeito e solidariedade. Nesse sentido, a educação socioemocional e o incentivo ao diálogo são ferramentas fundamentais para prevenir comportamentos agressivos e fortalecer vínculos positivos entre os estudantes.

Por fim, é importante destacar que a prevenção e a intervenção não devem ser vistas apenas como responsabilidades da instituição escolar, mas como um esforço coletivo que envolve família, comunidade e até mesmo políticas públicas. A construção de ambientes seguros e inclusivos depende da articulação entre diferentes atores sociais, que juntos podem criar estratégias eficazes para reduzir os impactos do bullying e do cyberbullying e promover uma cultura de paz e respeito.

2 COMPREENDENDO O BULLYING E O CYBERBULLYING

O bullying é um fenômeno complexo que se caracteriza por ações repetitivas de agressão física, verbal, psicológica ou social, geralmente praticadas por um ou mais estudantes contra colegas em situação de vulnerabilidade. Essas práticas incluem apelidos pejorativos, exclusão de atividades, intimidações e até violência física. Segundo Olweus (2013), o bullying não é apenas um conflito entre pares, mas um padrão de comportamento que envolve desequilíbrio de poder, em que o agressor exerce domínio sobre a vítima.

Já o cyberbullying representa uma extensão desse comportamento para o ambiente digital. Ele ocorre em redes sociais, aplicativos de mensagens, fóruns e jogos online, e pode se manifestar por meio de insultos, disseminação de boatos, exposição de imagens íntimas sem consentimento e perseguições virtuais. Uma das principais características do cyberbullying é sua capacidade de ultrapassar os limites físicos da escola, atingindo a vítima em qualquer lugar e a qualquer momento. Além disso, o anonimato proporcionado pelas plataformas digitais intensifica o impacto das agressões, dificultando a identificação dos agressores (Flores et al., 2022).

Outro ponto importante é que o bullying e o cyberbullying não devem ser vistos como problemas isolados, mas como reflexos de questões sociais mais amplas, como preconceito, intolerância e falta de empatia. Estudos apontam que esses comportamentos estão relacionados à reprodução de padrões de violência presentes na sociedade e, por isso, exigem uma abordagem educacional que vá além da simples punição, promovendo valores de respeito, solidariedade e convivência saudável (Tessaro et al., 2023).

Além disso, é necessário compreender que tanto vítimas quanto agressores precisam de atenção. As vítimas sofrem com traumas emocionais e dificuldades de socialização, enquanto os agressores, muitas vezes, reproduzem comportamentos aprendidos em casa ou em outros ambientes sociais. A escola, nesse sentido, torna-se um espaço privilegiado para identificar esses padrões e intervir de forma preventiva e educativa (MEC, 2025).

É importante destacar que o bullying não se limita apenas a agressões físicas ou verbais diretas. Ele também pode ocorrer de forma indireta, por meio da exclusão social, da disseminação de boatos e da

manipulação de grupos contra uma vítima específica. Esse tipo de violência silenciosa é muitas vezes mais difícil de identificar, mas igualmente prejudicial, pois mina a autoestima e o senso de pertencimento dos estudantes. De acordo com Olweus (2013), o bullying é um fenômeno relacional que envolve não apenas o agressor e a vítima, mas também os espectadores, que podem reforçar ou inibir tais comportamentos dependendo de sua postura diante da situação.

No caso do cyberbullying, a gravidade aumenta devido ao alcance ilimitado das tecnologias digitais. Uma mensagem ofensiva ou uma imagem compartilhada pode se espalhar rapidamente e atingir centenas de pessoas em poucos minutos, ampliando o sofrimento da vítima. Além disso, o conteúdo publicado na internet tende a permanecer acessível por longos períodos, prolongando os efeitos da agressão. Flores et al. (2022) ressaltam que o anonimato e a sensação de impunidade presentes no ambiente virtual contribuem para que os agressores se sintam mais encorajados a praticar atos de violência, tornando o enfrentamento desse problema um desafio ainda maior para escolas e famílias.

3 IMPACTOS NA VIDA DOS ESTUDANTES

Os impactos do bullying e do cyberbullying não se restringem apenas ao período escolar, mas podem se estender para a vida adulta. Jovens que foram vítimas frequentemente carregam traumas emocionais que influenciam sua autoestima, suas relações interpessoais e até mesmo sua inserção no mercado de trabalho. Estudos apontam que experiências de violência escolar estão associadas a maiores índices de depressão e ansiedade na vida adulta, além de dificuldades em estabelecer vínculos de confiança (Olweus, 2013). Isso demonstra que o problema não é apenas educacional, mas também de saúde pública, exigindo políticas integradas de prevenção e acompanhamento.

Outro ponto relevante é que os impactos não atingem apenas as vítimas diretas, mas também os colegas que testemunham as agressões. O chamado “efeito espectador” pode gerar sentimentos de medo, insegurança e impotência, prejudicando o clima escolar como um todo. Quando a violência é tolerada ou ignorada, cria-se uma cultura de normalização do bullying, que compromete a missão da escola como espaço de formação cidadã. Tessaro et al. (2023) destacam que ambientes escolares marcados pela violência tendem a reforçar desigualdades sociais e perpetuar padrões de exclusão, tornando urgente a implementação de estratégias educativas que promovam respeito e solidariedade.

Um impacto muitas vezes negligenciado do bullying e do cyberbullying é o comprometimento da identidade e da autopercepção dos jovens. Ao serem constantemente alvo de humilhações e exclusões, muitos estudantes passam a internalizar a imagem negativa que lhes é atribuída, desenvolvendo sentimentos de inferioridade e insegurança. Esse processo pode afetar diretamente sua capacidade de se expressar, de participar de atividades escolares e de construir projetos de vida. De acordo com Flores et al. (2022), a

violência simbólica presente no bullying digital é capaz de corroer a autoestima de forma mais intensa, já que a exposição pública amplia o constrangimento e dificulta a recuperação emocional.

Além disso, os impactos se estendem para a dinâmica familiar. Pais e responsáveis frequentemente se sentem impotentes diante das agressões sofridas pelos filhos, especialmente no caso do cyberbullying, em que o controle sobre o ambiente virtual é limitado. Essa situação pode gerar tensões dentro da família, aumentando a preocupação e, em alguns casos, levando a conflitos domésticos. Tessaro et al. (2023) ressaltam que o apoio familiar é fundamental para a superação das consequências do bullying, mas que, sem orientação adequada, muitas famílias acabam reproduzindo práticas punitivas que não resolvem o problema e podem agravar o sofrimento da vítima.

O bullying e o cyberbullying também podem gerar impactos significativos no desenvolvimento social dos jovens. Estudantes que sofrem essas agressões tendem a se isolar, evitando interações com colegas e atividades coletivas, o que compromete sua capacidade de desenvolver habilidades de convivência e cooperação. Esse isolamento pode se prolongar para a vida adulta, dificultando a inserção em grupos sociais e ambientes de trabalho. Segundo Olweus (2013), a exclusão social é uma das formas mais dolorosas de violência escolar, pois afeta diretamente o senso de pertencimento e identidade dos indivíduos.

Além disso, há evidências de que o bullying e o cyberbullying podem contribuir para o aumento de comportamentos de risco entre adolescentes, como o uso de substâncias químicas, automutilação e até tentativas de suicídio. Esses comportamentos surgem como formas de lidar com a dor emocional e a sensação de impotência diante das agressões. Flores et al. (2022) destacam que o cyberbullying, em especial, intensifica esses riscos devido à exposição pública e à dificuldade de apagar conteúdos ofensivos da internet, prolongando o sofrimento das vítimas e aumentando a probabilidade de consequências graves para sua saúde mental.

4 ESTRATÉGIAS EDUCACIONAIS DE PREVENÇÃO

A prevenção do bullying e do cyberbullying exige uma abordagem integrada que envolva escola, família e comunidade. Uma das medidas mais eficazes é a implementação de programas de educação socioemocional, que desenvolvem competências como empatia, respeito às diferenças e autocontrole. Esses programas ajudam os estudantes a compreenderem suas próprias emoções e a se colocarem no lugar do outro, reduzindo a probabilidade de comportamentos agressivos. Tessaro et al. (2023) destacam que escolas que adotam práticas socioemocionais apresentam menor incidência de violência escolar, pois os alunos aprendem a lidar com conflitos de forma construtiva.

Outro aspecto fundamental é o uso pedagógico da tecnologia. Em vez de apenas restringir o acesso às redes sociais, a escola pode promover atividades que ensinem os estudantes a utilizarem os recursos

digitais de forma ética e responsável. Oficinas sobre segurança na internet, debates sobre privacidade e projetos de produção de conteúdo positivo são exemplos de ações que fortalecem a consciência crítica dos jovens. Flores et al. (2022) ressaltam que a alfabetização digital é uma ferramenta poderosa para prevenir o cyberbullying, pois capacita os estudantes a reconhecerem riscos e a adotarem práticas seguras no ambiente virtual.

A formação continuada de professores e gestores escolares também é essencial. Muitos profissionais da educação não se sentem preparados para identificar sinais de bullying e cyberbullying ou para intervir de maneira adequada. Programas de capacitação que abordem aspectos psicológicos, sociais e legais do problema são fundamentais para que a escola possa agir de forma rápida e eficaz. O Ministério da Educação (2025) aponta que a formação docente é um dos pilares para a construção de ambientes escolares seguros, pois permite que os educadores atuem como mediadores e orientadores na resolução de conflitos.

Além disso, o envolvimento das famílias nas ações preventivas fortalece a rede de apoio ao estudante. Pais e responsáveis precisam ser informados sobre os riscos do bullying e do cyberbullying, bem como sobre as formas de identificar mudanças comportamentais nos filhos que possam indicar situações de violência. Reuniões escolares, palestras e materiais informativos são estratégias que aproximam escola e família. Tessaro et al. (2023) ressaltam que quando a prevenção é compartilhada entre diferentes atores sociais, os resultados são mais duradouros, pois se cria uma rede de proteção que promove uma cultura de respeito e solidariedade.

5 ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO

Quando o bullying e o cyberbullying já estão presentes no ambiente escolar, é fundamental que a instituição adote protocolos claros de intervenção. Esses protocolos devem incluir etapas de identificação, registro e acompanhamento dos casos, garantindo que nenhuma denúncia seja ignorada. O Ministério da Educação (2025) recomenda que as escolas estabeleçam fluxos de comunicação internos e externos, envolvendo professores, gestores, famílias e órgãos de proteção, para assegurar respostas rápidas e eficazes.

O apoio psicológico é outro elemento indispensável. Tanto as vítimas quanto os agressores precisam de acompanhamento especializado, pois cada um enfrenta desafios distintos. As vítimas necessitam de suporte para superar traumas emocionais e recuperar a autoestima, enquanto os agressores devem ser conscientizados sobre os impactos de suas atitudes e estimulados a desenvolver habilidades de convivência positiva. Tessaro et al. (2023) ressaltam que a intervenção psicológica contribui para a reabilitação e previne a reincidência de comportamentos violentos.

Além disso, a mediação de conflitos e as práticas restaurativas têm se mostrado alternativas eficazes. Em vez de apenas punir os agressores, essas práticas buscam promover o diálogo entre as partes envolvidas, reconstruir relações e estimular a responsabilização. Olweus (2013) aponta que estratégias restaurativas

fortalecem o senso de comunidade e reduzem a reincidência de casos, pois incentivam os estudantes a refletirem sobre suas ações e a repararem os danos causados.

Outro aspecto relevante é o envolvimento da família. Pais e responsáveis devem ser informados sobre os casos e orientados a apoiar seus filhos, seja como vítimas ou agressores. A parceria entre escola e família é essencial para garantir que as medidas adotadas tenham continuidade fora do ambiente escolar. Flores et al. (2022) destacam que a ausência da família no processo de intervenção pode comprometer os resultados, já que o comportamento dos jovens é fortemente influenciado pelo contexto doméstico.

Um aspecto que merece destaque é a necessidade de ações imediatas e consistentes diante de qualquer denúncia de bullying ou cyberbullying. Quando a escola responde de forma rápida e transparente, transmite aos estudantes a mensagem de que a violência não será tolerada e que todos têm direito a um ambiente seguro. Essa postura fortalece a confiança da comunidade escolar e encoraja outras vítimas a denunciarem situações semelhantes. Segundo o Ministério da Educação (2025), a omissão diante de casos de violência escolar contribui para a perpetuação do problema e para a sensação de impunidade entre os agressores.

Além disso, é importante que as estratégias de intervenção sejam acompanhadas de avaliação contínua. Monitorar os resultados das ações implementadas permite identificar avanços e ajustar práticas que não estejam surtindo efeito. A criação de indicadores de convivência escolar, como índices de participação em atividades coletivas e redução de ocorrências disciplinares, pode servir como parâmetro para medir o impacto das medidas adotadas. Tessaro et al. (2023) ressaltam que a intervenção só é eficaz quando se transforma em um processo permanente, capaz de adaptar-se às mudanças sociais e tecnológicas que influenciam o comportamento dos estudantes.

Na Educação Infantil, a intervenção deve priorizar o desenvolvimento de habilidades socioemocionais desde cedo. Atividades lúdicas, como jogos cooperativos, contação de histórias e dinâmicas de grupo, ajudam as crianças a compreenderem conceitos como respeito, amizade e solidariedade. É fundamental que os professores estejam atentos a comportamentos de exclusão ou agressividade, intervindo de forma imediata e pedagógica. Segundo o MEC (2025), trabalhar valores de convivência já na primeira infância contribui para prevenir a formação de padrões de violência que podem se consolidar nos anos seguintes.

No Ensino Fundamental, as estratégias precisam ser mais estruturadas, envolvendo protocolos claros de denúncia e acompanhamento dos casos. Projetos de mediação de conflitos, rodas de conversa e práticas restaurativas são eficazes para promover o diálogo entre os estudantes e reduzir a reincidência de agressões. Além disso, é importante incluir a família no processo, garantindo que os responsáveis estejam informados e preparados para apoiar seus filhos. Tessaro et al. (2023) destacam que a intervenção nessa

etapa deve combinar ações pedagógicas e disciplinares, sempre com foco na reeducação e na construção de um ambiente escolar seguro.

Já no Ensino Médio, a intervenção deve considerar a maior autonomia e senso crítico dos adolescentes. Programas de protagonismo juvenil, como comitês de estudantes contra o bullying, são estratégias eficazes, pois permitem que os próprios jovens atuem como agentes de transformação. O uso de tecnologias também pode ser aliado, com aplicativos de denúncia anônima e campanhas digitais de conscientização. Flores et al. (2022) ressaltam que, nessa fase, é essencial promover debates sobre ética digital e responsabilidade social, preparando os estudantes para lidar com os desafios da convivência tanto no ambiente escolar quanto fora dele.

Por fim, é importante que a escola estabeleça parcerias com órgãos públicos e entidades da sociedade civil, como conselhos tutelares, secretarias de educação e saúde, e organizações não governamentais. Essas parcerias ampliam a rede de proteção e oferecem recursos adicionais para lidar com casos mais complexos. O MEC (2025) reforça que o enfrentamento do bullying e do cyberbullying deve ser entendido como uma responsabilidade coletiva, que ultrapassa os limites da escola e envolve toda a comunidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O enfrentamento do bullying e do cyberbullying exige uma abordagem integrada que envolva escola, família e comunidade. Mais do que combater episódios isolados de violência, é necessário construir uma cultura escolar baseada em valores como respeito, empatia e solidariedade. A prevenção, por meio da educação socioemocional e da alfabetização digital, é fundamental para preparar os estudantes a lidarem com conflitos de forma saudável e consciente, reduzindo a incidência de comportamentos agressivos (Tessaro et al., 2023).

As estratégias de intervenção, por sua vez, devem ser adaptadas às diferentes etapas da educação básica. Na Educação Infantil, o foco deve estar em atividades lúdicas que promovam cooperação e amizade; no Ensino Fundamental, em protocolos claros de denúncia e mediação de conflitos; e no Ensino Médio, em programas de protagonismo juvenil e debates sobre ética digital. Essa diferenciação garante que cada faixa etária receba ações adequadas às suas necessidades e capacidades de compreensão (MEC, 2025).

Na Educação Infantil, além das atividades lúdicas e cooperativas, é essencial que os professores utilizem recursos visuais e narrativas que transmitam valores de respeito e inclusão. Histórias infantis que abordam amizade e diversidade podem ser ferramentas poderosas para ensinar as crianças a reconhecerem e rejeitarem comportamentos de exclusão. O MEC (2025) reforça que intervenções nessa fase devem ser imediatas e pedagógicas, evitando a normalização de atitudes agressivas entre os pequenos.

No Ensino Fundamental e Médio, é igualmente importante que a escola desenvolva projetos interdisciplinares que integrem diferentes áreas do conhecimento na discussão sobre bullying e cyberbullying. Por exemplo, em aulas de Língua Portuguesa, os alunos podem produzir textos reflexivos sobre convivência; em Ciências, estudar os impactos psicológicos e físicos da violência; e em Sociologia, debater questões de cidadania e ética digital. Essa abordagem transversal amplia a compreensão dos estudantes e fortalece a cultura escolar de respeito e solidariedade (Tessaro et al., 2023).

Por fim, é importante reconhecer que o bullying e o cyberbullying não são apenas problemas escolares, mas também questões sociais e de saúde pública. O impacto emocional e social dessas práticas pode se estender para a vida adulta, comprometendo o desenvolvimento integral dos indivíduos. Portanto, o compromisso com a prevenção e a intervenção deve ser permanente e coletivo, envolvendo políticas públicas, práticas pedagógicas inovadoras e o engajamento da comunidade escolar. Somente assim será possível garantir ambientes de aprendizagem seguros e formar cidadãos conscientes e comprometidos com uma cultura de paz (Flores et al., 2022).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Escola que protege**. MEC/SECADI, Curitiba, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-que-protege>. Acesso em 06 jul. 2026.

FLÔRES, F. N. et al.. CYBERBULLYING NO CONTEXTO ESCOLAR: A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 26, p. e226330, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-35392022226330> . Acesso em 17 jul. 2026.

OLWEUS, D. **Bullying at School: What We Know and What We Can Do**. Oxford: Blackwell Publishing, 2013.

TESSARO, M.; TREVISOL, M. T. C.; PEREIRA, M. B. F. L. O.; BERNARDI, F. S. Estratégias de prevenção e manejo do bullying na escola: uma análise sistemática da literatura. **Educação**, UFSM, v.48, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984644469981> . Acesso em 06 jul. 2026.